

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA ECONOMIA CEARENSE E SOBRE O DESEMPENHO DO EMPREGO FORMAL

Isabela da Silva Valois*
Christiane Luci Bezerra Alves**

Resumo: *O Ceará, a partir da segunda metade dos anos 80, é palco de mudanças significativas no modo de regulação, quando se inaugura um novo estilo de conceber e executar políticas econômicas. Tais mudanças têm reflexos na dinâmica econômica e na performance do emprego formal estadual. Este artigo, objetiva, portanto, captar elementos desse novo quadro político e econômico do estado, destacando o comportamento do mercado de trabalho formal cearense na década de 90. A partir dos números da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério de Trabalho e Emprego – MTE, constata-se que o mercado de trabalho do Ceará apresenta tendência diferenciada da observada em nível regional e nacional, quando aumenta o contingente de trabalhadores formais no Estado. Porém, destaca-se, nesse processo, que o comportamento não é tão favorável no que diz respeito à remuneração auferida por estes trabalhadores, já que a mesma permanece praticamente estagnada, com ligeira tendência de queda, em contraposição ao movimento de alta ocorrido em nível nacional.*

Palavras-chave: Ceará; Intervenção do Estado; Indústria.

1. INTRODUÇÃO

Desde a segunda metade da década de 80, a partir do primeiro mandato do Governador Tasso Jereissati, implementa-se no Ceará um novo modelo de conceber e executar políticas econômicas. A nova estratégia de desenvolvimento econômico passa a envolver medidas de saneamento da máquina estatal, forte contenção dos gastos públicos, enxugamento do quadro de pessoal, além de uma política de incentivos fiscais e investimentos em infra-estrutura que para muitos caracterizam um novo “paradigma de administração moderna para o país” (TEIXEIRA, 1999).

Durante os anos 90, o Estado do Ceará passa a apresentar crescimento do produto acima das médias regional e nacional. Nesse cenário, o mercado de trabalho cearense também passa por transformações que refletem os programas de desenvolvimento estaduais e a reestruturação pela qual passa a economia nacional.

O objetivo deste trabalho é explicitar os principais elementos que caracterizam o novo paradigma de gestão pública do Ceará e identificar as principais transformações ocorridas na dinâmica econômica cearense e no mercado de trabalho formal dentro do cenário de redefinição do modo de regulação neste estado.

2. CEARÁ: UM NOVO PARADIGMA DE GESTÃO PÚBLICA

Em nível nacional, nos anos 80, evidencia-se um quadro de profundo desequilíbrio macroeconômico. Na primeira metade da década, a economia sente os efeitos do esgotamento do

* Aluna do Curso de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA; Bolsista de Iniciação Científica do CNPQ; autora.

** Mestre em Economia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB; Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA; co-autora (orientadora); chrisluci@bol.com.br.

processo de substituição das importações e dos choques externos, que promovem profundos desequilíbrios no balanço de pagamentos. A política ortodoxa implementada, associada à necessidade de ajuste das contas externas brasileiras, entre outras conseqüências, mergulha o país em profunda recessão. Soma-se, a esse cenário um alto grau de endividamento externo, acompanhado de um processo de estatização da dívida, completa desestruturação do setor público, sendo deteriorada a capacidade de financiamento do estado e um quadro de inflação explosiva.

Em meio a esse quadro, à medida que o Estado perde a capacidade interventora de períodos anteriores, o modo de regulação tende a ser fortemente redefinido.

No Ceará, uma estratégia de superação da crise começa a ser pensada por novos atores. Tal estratégia mostra-se mais alinhada às transformações ocorridas em nível mundial, ditadas pelos processos de reorganização da economia mundial, de globalização e mudanças no padrão tecnológico industrial, além dos movimentos de reestruturação produtiva. A concepção emergente pensa o Estado do Ceará integrado a essa nova ordem, o que deveria impor profundas mudanças no modo de pensar e de gerir políticas econômicas. Os coronéis, responsáveis pelo atraso econômico e social, tinham que deixar de existir no cenário político do Estado.

Desse modo, velhas alianças foram quebradas e o mapa das forças políticas estaduais teve que ser redesenhado.

O descrédito com a política institucional no Ceará atinge seu apogeu durante os anos 80, quando as relações oligárquicas expressam uma dificuldade de se adaptarem aos ventos da abertura, das diretas-já, da proliferação de movimentos sindicais e sociais. As novas demandas vão exigir uma maior dinamicidade da máquina administrativa, uma transparência das ações estatais e um trato direto com o conjunto de enfrentamentos que se evidenciam no cenário político local. A política rasga seus velhos símbolos e exige mudanças (DIÓGENES, p.116, 2002).

Durante o período da ditadura militar, o governo do Ceará esteve marcado pela alternância do poder nas mãos de três coronéis: Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals. Essa situação sustentava-se numa estrutura que mantinha a divisão de poder a partir de três bases políticas diferentes que passaram a gerar progressivamente forte tensão no ambiente político do Estado. A estrutura administrativa fora constantemente montada para atender aos interesses imediatos dos coronéis e de suas alianças (BONFIM, 2002).

Esse modelo de administração acabou por provocar crises políticas, somadas a atraso econômico e falência do Estado, que culminou com a ascensão de Gonzaga Mota ao governo. Porém, a nova administração encontrava-se ainda fortemente vinculada às antigas práticas de patrimonialismo, apadrinhamento e clientelismo. A ruptura no paradigma de administração pública só aconteceu quando as idéias do Centro Industrial do Ceará (CIC) começaram a ganhar conotação política.

No final dos anos 60 e início dos anos 70, o modelo de desenvolvimento brasileiro, baseado na substituição de importações, entra em nova etapa que consolida a participação dos setores privados nacional e estrangeiro na matriz industrial. O CIC é produto dessa nova fase de desenvolvimento que atingiu também o Nordeste. Data, ainda, deste período, a inauguração do Fundo Industrial do Nordeste (FINOR), em 1974, que, guiado pelos princípios de concorrência e competitividade, rompe com o desenvolvimentismo tradicional, fundamentado na geração de empregos através de investimentos na indústria pesada e capital intensiva, passando a priorizar a indústria tradicional de médio porte, moderna e competitiva.

Abriu-se, com isso, a possibilidade de fortalecer a indústria tradicional, de incentivar o avanço tecnológico da indústria têxtil, através de uma organização competitiva e da adoção de

técnicas gerenciais modernizadoras. Esse perfil industrial foi encampado pelo grupo de “jovens empresários” cearenses do CIC, que passou a apresentar à sociedade um projeto de transformação e modernização, libertando a mesma da dominação oligárquica, apresentando uma proposta de uso racional da máquina administrativa.

A política oligárquica do Ceará começou, então, a sofrer oposição dentro do setor empresarial concentrado no CIC. O grupo de jovens empresários de linhagem cearense e interesses convergidos para o Ceará apresentou, como evidenciado, um projeto modernizador que ‘quebraria’ a mercantilização feudalista dos aparelhos do Estado e apadrinhamentos políticos que hierarquizavam os cargos importantes das secretarias do Estado. Promoveu o desenvolvimento econômico do Ceará, reduzindo as desigualdades sociais, através do compromisso com o eleitor e a moralização política (BONFIM, 2002). Isso ocorreu na época em que esses empresários recebiam o CIC, das mãos da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), o que deu espaço para pôr em prática essas novas idéias.

Ao incorporar um caráter fortemente político, o CIC favoreceu a eleição do empresário de sucesso Tasso Jereissati, escolhido como sendo a melhor figura para incorporar o espírito renovador dos jovens empresários.

O princípio básico da nova administração seria de que o aumento dos investimentos na área social e uma profunda reforma administrativa fariam com que o Estado se tornasse mais ágil, flexível e eficiente. Portanto, na sua gestão começaram a ser postas em prática as primeiras medidas de saneamento da máquina estatal, com uma rigorosa contenção dos gastos públicos e uma inflexível política de enxugamento do quadro de pessoal. O número de funcionários das Secretarias do Estado foi reduzido, e algumas secretarias, vinculadas à barganha política, foram extintas.

A principal meta da nova equipe econômica foi, portanto, a realização do ajuste fiscal que produziria um orçamento equilibrado e poupanças públicas capazes de retomar o investimento público estatal. Assim, com a incorporação dos novos princípios e com a inflexão na implementação da política econômica, o processo de reestruturação produtiva chegou ao Ceará antes da maioria dos estados do país.

A era dos “governos de mudanças”, estava iniciada com Tasso Jereissati (1987-1990), passando por Ciro Gomes (1991-1994) e novamente Tasso (1995-1998) e (1999-2002) optando ambos por um modelo de gestão compartilhada, uma administração mais ativa, cooperativa e com metas rigorosas para o ajuste fiscal.

De 1991 a 1996, verificou-se um adequado controle das contas públicas do Ceará, caracterizando uma situação incomum em relação aos demais Estados do Brasil. Isso ocorreu porque “(...) o Ceará iniciou o seu ajuste fiscal bem antes que as condições objetivas de aprofundamento da crise fiscal brasileira impusessem graus de dificuldade crescentes no desempenho das atividades inerentes ao setor público” (ALMEIDA; SILVA, 1998).

O providencial ajuste das contas públicas do Estado incluiu também a reestruturação administrativa e a implementação de um rígido controle financeiro.

Atrelado ao ajuste fiscal, ou ao êxito dele, o governo Jereissati apresentou um Programa de Atração de Investimentos, baseado nas perspectivas de crescimento, estabilidade administrativa, novas condições de credibilidade do Estado e eficiência da gerência das finanças públicas (ALMEIDA; SILVA, 1998). Esse programa consistia basicamente numa política de incentivos fiscais, combinados com investimentos em infra-estrutura¹. O programa de incentivo fiscal, através da redução da carga tributária, foi intensificado à medida que as empresas se desconcentravam de Fortaleza para o interior. A idéia era que, através da ampliação dos negócios

¹ Destacam-se, aqui, investimentos como: a conclusão do Açude Castanhão, que beneficiaria a economia rural através da agricultura irrigada e agroindústria; a construção do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, que incluiria a implantação de uma siderúrgica e de um pólo metalmeccânico; e a construção do Metrofor.

privados, houvesse uma interiorização industrial, capaz de modificar a distribuição espacial da indústria cearense, dinamizar a economia e promover o desenvolvimento do interior do Estado.

Na verdade, a industrialização no Brasil foi tradicionalmente concentrada nos centros urbanos. Com essa concessão ampliada às empresas, a intenção era que elas se sentissem motivadas a instalar suas plantas no interior do Ceará; porém, como evidenciado posteriormente, o Estado do Ceará seguiu a mesma tendência dos outros estados do país, concentrando seu desenvolvimento industrial na capital ou região metropolitana.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A DINÂMICA ECONÔMICA RECENTE

É possível afirmar que a política de atração de investimentos, executada pelo governo cearense, obteve resultados positivos que são sentidos principalmente a partir dos anos 90. O número de indústrias que procuraram se instalar no Estado aumentou consideravelmente em consequência da forte política de benefícios fiscais, além de mão de obra local a um custo muito mais viável que em outros estados do Brasil. Como resultado, observam-se mudanças significativas na dinâmica econômica cearense.

TABELA 1
Ceará e Brasil
Produto Interno Bruto a preços constantes de mercado² – PIB
(1985-2000) R\$ de 2000

Anos	Ceará (A)	Brasil (B)	A/B (%)
1985	13.205945	766.850347,74	1.72
1986	14.030115	807.004823,81	1.73
1987	13.557368	847.630012,20	1.59
1988	14.372780	890.404910,38	1.61
1989	14.738906	957.005522,68	1.54
1990	13.731540	847.995229,20	1.62
1991	15.685584	856.697621,21	1.83
1992	15.620753	852.036260,01	1.83
1993	16.297686	893.996416,07	1.82
1994	17.842123	946.321391,41	1.88
1995	19.071088	986.290938,60	1.93
1996	20.332660	1.012.512564,80	2.01
1997	21.121951	1.045.636532,05	2.02
1998	21.572522	1.047.014907,34	2.06
1999	21.141620	1.055.239048,22	2.00
2000	20.799548	1.101.254907,19	1.88

Fonte: <<http://www.ipeadata.gov.br>>

Entre 1985 e 1990, o PIB cearense revelou um comportamento oscilante, mas, a partir de 1991, passa a crescer quase que ininterruptamente, atingindo seu valor máximo em 1998, com ligeira retração entre 1999 e 2000 (Tabela 1). O novo dinamismo da economia do Ceará se revela na participação do PIB estadual no total do país, a qual passa de um percentual de 1,72% em 1985 para cerca de 1,88% em 2000, tendo atingido no ano de 1998 uma participação de 2,06%.

Neste mesmo período, a economia brasileira crescera 43,6%, enquanto a economia cearense crescera 57,5%. Em termos da taxa de crescimento anual, no subperíodo 1985-1990, a performance da economia cearense se apresenta inferior à nacional (0,78% a.a e 6,79% a.a. respectivamente, conforme tabela 2). Porém, nos anos seguintes, dentro do cenário de reorganização da máquina estatal e administrativa e do ajuste fiscal implementado pelos novos

² Deflacionado pelo deflator implícito do PIB nacional.

atores do “governo de mudanças”, verificam-se novos traços na dinâmica de crescimento da economia cearense.

TABELA 2
Brasil e Ceará
Taxa anual de crescimento do PIB³
(1985-2000)

Período	Taxa de crescimento (%) Ceará	Taxa de crescimento (%) Brasil
1985-1990	0,78	2,03
1990-1995	6,79	2,86
1995-2000	9,06	1,69

Fonte: Elaboração Própria (a partir de dados de <<http://www.ipeadata.gov.br>>).

Analisando o quinquênio 1990-1995, verifica-se que a taxa de crescimento do Ceará dá um salto extraordinário, crescendo 6,8% a.a. contra apenas 2,9% a.a. da economia brasileira. O crescimento econômico do estado alcança o seu auge no último quinquênio (1995-2000), quando apresenta taxa de crescimento, quase oito vezes superior à taxa de crescimento nacional (9,06% a.a. do Ceará contra 1,69% a.a. do Brasil).

Em nível setorial, considerando o período de 1980-2000, observa-se sensível perda de participação do setor agropecuário na formação do PIB cearense, com destaque para a perda significativa entre os anos de 1997 a 2000 (VALOIS; ALVES, 2005). Em 1980, este setor representava 28,3% do total estadual, caindo para 13,56 em 1990 e chegando a 9,47% no ano de 2000 (Tabela 3). No tocante à indústria, verifica-se relativa estabilidade na comparação de 1980 e 1990, mas, a partir de então, o PIB industrial apresenta crescimento significativo, passando de uma participação de 25,64% em 1990 para 47,8% em 2000, refletindo as influências da mudança na condução da política econômica, particularmente da política estadual de incentivos fiscais.

TABELA 3
Ceará
Composição setorial do PIB
(1980-2000)

Anos	Agropecuária	Indústria	Serviços
1980	28,30	25,60	46,10
1990	13,56	25,64	60,80
2000	9,47	47,80	42,73

Fonte: FIEC

4. EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NA DÉCADA DE 90

A reconfiguração observada na Economia do Ceará, no período recente, impõe a necessidade de verificar a evolução do mercado de trabalho no contexto das transformações econômicas e institucionais.

O tratamento analítico utilizado nesta seção compreende o período de 1990 a 2000, em que são mais significativas as mudanças sentidas na economia cearense. Tem-se como foco o

³ A taxa de crescimento anual é calculada a partir do seguinte método: $\{[(ano_t/ano_0)^{1/n}-1]*100\}$; onde n é o número de anos da série, ano_t é o ano final e ano₀ o ano inicial.

setor industrial⁴, considerado aqui a partir dos dados da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, que se constitui em um registro administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o qual fornece informações sobre o emprego formal em 31.12 de cada ano⁵.

Na década de 90, período em que são significativas as mudanças na economia nacional e é implementado um profundo processo de abertura comercial, a indústria brasileira, exposta a um nível crescente de competição com os produtos internacionais, apresentou, em seus diversos segmentos, significativa redução em seus níveis de emprego.

São Paulo, por exemplo, principal pólo industrial do país, que concentra a maior parte do emprego industrial, apresentou uma queda de 34% no nível de emprego de 1987 a 1997. No Rio de Janeiro, observou-se queda de 43%; no Rio Grande do Sul, de 20%. Mesmo em estados do Nordeste com considerável expressão industrial, como Pernambuco e Bahia, o emprego apresentou queda de 38% e 22%, respectivamente (SABÓIA, 2001).

Porém, o Estado do Ceará, especialmente no caso das indústrias de transformação e extrativa mineral, apresentou um comportamento diferenciado em relação aos números decrescentes do país.

O ajuste fiscal, pioneiro numa época em que o Brasil encontrava-se em meio a fortes desequilíbrios macroeconômicos, juntamente com as políticas de atração de investimentos e com os significativos investimentos em infra-estrutura, foram responsáveis pelo comportamento diferenciado do mercado de trabalho cearense.

Na tabela 4 podemos ver que o ramo de atividade de maior representatividade no desempenho do emprego formal no Ceará é o setor de serviços. Embora sua participação tenha caído levemente durante a década de 90, o mesmo se mantém no ano 2000 como o ramo com maior contribuição na geração do emprego formal. O setor agropecuário apresentou queda de 0,74% em sua participação no emprego do Ceará.

Tabela 4

Ceará

**Desempenho do Emprego Formal Segundo o Ramo de Atividade
1990-2000**

Anos	1990	%	2000	%
Indústria	104.455	19,42	152.789	22,11
Construção civil	20.598	3,83	27.746	4,01
Comércio	62.478	11,61	93.253	13,49
Serviços	317.406	59,01	406.868	58,87
Agropecuária, extr vegetal, caca e pesca	12.091	2,25	10.434	1,51
Outros/ignorado	20.882	3,88	3	0,00
Total	537.910	100,00	691.093	100,00

Fonte: RAIS

Já a indústria, construção civil e comércio apresentaram aumento de participação de 2,69%, 0,48% e 1,88%, respectivamente. O setor industrial aparece, portanto, como o setor onde foi mais significativo o ganho de participação na geração de emprego no estado.

Deste modo:

⁴ Considera-se, para efeito deste estudo, apenas as indústrias extrativa mineral e de transformação, visto o fato de esta contribuírem com a grande maioria do emprego gerado pelo setor.

⁵ Mesmo considerando as limitações desta base de dados, já que é formada por informações prestadas pelas empresas, sendo, portanto, passíveis de erros, além de se restringir ao mercado formal de trabalho, dado o volume de informações apresentadas pela base, é possível captar vários elementos da dinâmica do emprego no estado.

Em termos de geração de empregos, o Ceará apresentou um desempenho bem superior ao registrado pelo Nordeste. Este reduziu gradativamente o número de trabalhadores, empregados a partir de 1985. Enquanto isto, a economia cearense manifesta variação positiva do emprego a partir de 1990, o que constitui um fato animador. Aumentar a oferta de emprego tem sido um dos maiores desafios da atualidade (ROSA; ALVES; p.14, 2001).

De acordo com os dados da RAIS, houve um crescimento efetivo no número de estabelecimentos industriais no Estado, na década de 90, como mostra a tabela 5. Em 1990, o Estado contava com 3.146 estabelecimentos industriais e, em 2000, já contava com 5.986. Isso representa um crescimento de 90,27% no período, valor superior ao crescimento apresentado pelo Nordeste (72,68%) e significativamente maior que a taxa apresentada economia brasileira, correspondente a 27,10%.

A análise do setor industrial revela crescimento do emprego formal cearense ao longo dos anos 90, diferentemente do que se observa nas economias nordestina e nacional, representado pela criação de 49.580 postos de trabalho, através do aumento do contingente de trabalhadores formais de 96.737 em 1990 para 164.317 em 2000 (Tabela 5).

Tabela 5
Ceará, Nordeste e Brasil
Estabelecimentos, empregos, remuneração média, tamanho do estabelecimento na indústria extrativa mineral e de transformação 1990-2000

	CE		NE		BR	
	1990	2000	1990	2000	1990	2000
Anos	1990	2000	1990	2000	1990	2000
Nº de Estabelecimentos	3.146	5.986	15.916	27.485	196.198	249.385
Nº de empregos	96.737	146.317	620.809	605.217	5.595.311	4.994.969
Remuneração Média	2,3	2,2	3,4	3,0	4,3	4,8
Tamanho Médio do Estab.	31	24	39	22	29	20

Fonte: RAIS

Obs.: Remuneração média em salários mínimos e Tamanho médio em número de empregados por estabelecimento

Essa performance favorável também se reflete na participação do emprego do Ceará no total do emprego industrial do Nordeste e do Brasil. Em 1990, o estado detinha 15,58% do emprego industrial nordestino e 1,73% do brasileiro. Em 2000, essa participação aumenta consideravelmente para 24,17% em termos regionais e 2,85% no total nacional.

O mercado de trabalho brasileiro é reflexo das significativas transformações associadas ao conjunto das mudanças estruturais experimentadas pela economia nacional, sofrendo ainda o impacto direto da rápida e profunda liberalização comercial, dada sua natureza e o curto tempo em que foi introduzida, o que se traduz em parte na redução das taxas de crescimento do emprego nacional.

A crise fiscal do Brasil, caracterizada pela perda do crédito público, dada a elevada dívida pública, déficit público crônico, altas taxas de juros internas, taxas relativamente baixas de crescimento e existência de uma poupança pública negativa atingiu todos os estados brasileiros nos anos 90. Porém, o Ceará se destaca neste cenário de “estagnação” e desequilíbrios macroeconômicos, com uma política fiscal pioneira e com as referidas políticas de incentivo à industrialização. Desse modo, apresenta considerável crescimento no emprego formal, com uma

taxa de crescimento correspondente a 4,2%aa no período analisado, contra uma performance negativa da região nordestina (-0,3%aa) e do Brasil (-1,1%aa).

Essa dinâmica do emprego no Ceará ganha destaque principalmente numa época em que a competitividade entre os mercados produtivos obrigam os setores de produção a adquirirem tecnologias quase sempre poupadoras de mão-de-obra e destaca-se, como observado, porque superou os números obtidos pelo Nordeste e pelo Brasil, num contexto em que a economia nacional teve que demitir seguidamente funcionários industriais.

No entanto, como mostra a tabela 6, verificou-se que os estabelecimentos, atraídos pelas políticas fiscais implementadas no Ceará, ficaram concentrados fundamentalmente na Região Metropolitana de Fortaleza, contrariando, por exemplo, os objetivos do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Governo Estadual para o período 1995-1998, o qual previa, além do aumento do nível de emprego, o reordenamento do espaço produtivo do Ceará, através de uma política de interiorização das atividades econômicas. Desta forma:

O processo de abertura econômica, associado à política de atração de novos investimentos, vem surtindo efeito positivo no Estado, mas com sinais de resistência sobre a desconcentração industrial, que busca localidades próximas de fortaleza, ou localidades que contém com uma acentuada concentração urbana capaz de fornecer serviços e mão-de-obra de acordo com suas necessidades (ROSA; ALVES; p.17, 2001).

Tabela 6
Estabelecimentos industriais – RMF, Fortaleza e demais municípios
(1990-2000)

Anos	RMF (IBGE)	<i>Partic.</i> <i>%</i>	Fortaleza	<i>Partic.</i> <i>%</i>	Demais Munic	<i>Partic.</i> <i>%</i>	Total CE
1990	2.394	0,76	2.155	0,68	752	0,24	3146
1991	2.558	0,76	2.297	0,69	791	0,24	3349
1992	2.491	0,77	2.212	0,68	749	0,23	3240
1993	3.533	0,76	3.152	0,68	1.110	0,24	4643
1994	2.691	0,78	2.382	0,69	778	0,22	3469
1995	3.234	0,77	2.858	0,68	965	0,23	4199
1996	3.419	0,75	3.014	0,66	1.143	0,25	4562
1997	3.723	0,74	3.241	0,64	1.321	0,26	5044
1998	7.299	0,62	6.124	0,52	4.558	0,38	11857
1999	3.986	0,31	6.652	0,51	9.032	0,69	13018
2000	4.211	0,70	3.528	0,59	1.775	0,30	5986

Fonte: RAIS

A RMF concentrou, durante a década de 90, mais de 60% dos estabelecimentos industriais, com destaque para a forte concentração industrial no município de Fortaleza (Tabela 6). Vale observar que essa concentração se mantém praticamente ao longo de toda a década de 90, apesar de sua redução entre os anos de 1998 e 1999, devido ao deslocamento de empresas para outros pólos do Ceará, como Sobral, na zona norte e Juazeiro do Norte, no sul do estado.

Portanto, nesse contexto é importante enfatizar que:

O processo de abertura econômica incide, no início, sobre as regiões maiores e/ou mais próximas de Fortaleza, vindo a se disseminar a partir daí. O impacto da abertura é maior em Fortaleza, nos municípios da RMF e nos principais

pólos das áreas selecionadas. Só com o tempo é que o impacto irá disseminar-se para os municípios mais distantes e de menor expressão socioeconômica (ROSA; ALVES; p.17, 2001).

Apesar do crescimento do número de estabelecimentos e do total de empregos da indústria no Ceará, a remuneração média do estado não acompanhou este crescimento, apresentando, no que diz respeito a essa variável, comportamento semelhante à economia nordestina, que apresenta tendência de queda. Esse comportamento contraria, por sua vez, a tendência evidenciada pela economia brasileira, que revela um crescimento na remuneração média de 3,0 salários mínimos (SM) para 4,8 SM (Tabela 4).

Quanto ao tamanho dos estabelecimentos, o que se observou, segundo dados da RAIS, tabela 4, foi a redução do tamanho médio dos estabelecimentos no Estado do Ceará, de 31 trabalhadores por estabelecimento em 1990 para 24 trabalhadores em 2000. Este fator pode ser associado ao processo de reestruturação produtiva implementado, de forma geral, na economia brasileira, principalmente nos anos 90 e considerado um dos fundamentos do novo modelo de desenvolvimento estadual, o qual envolvera os novos princípios de gestão e organização da produção e do trabalho, com significativos reflexos no enxugamento do emprego em nível das unidades produtivas (processo de *downsizing*).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado do Ceará, durante o período em estudo, sofre reflexos não apenas das mudanças estruturais ocorridas na economia brasileira, mas também de um novo modelo de desenvolvimento implementado a partir de 1986. Adota-se, nesse cenário, um forte ajuste fiscal, num momento onde se evidencia significativa crise fiscal brasileira, a qual impõe profundos limites à intervenção do estado na economia.

O ajuste das contas públicas fora combinada com movimentos de reestruturação produtiva no parque industrial do estado e com uma política de atração de investimentos, além de vultosas inversões em infra-estrutura.

Durante os anos 90, o Estado do Ceará passa a apresentar crescimento do produto acima das médias regional e nacional, e os dados apontam para o aumento da participação do PIB cearense nos PIBs regional e nacional.

Observa-se um aumento considerável no número de estabelecimentos industriais no estado; porém, diagnostica-se grande concentração do desenvolvimento industrial na capital e região metropolitana.

Nesse cenário, o mercado de trabalho cearense também passa por transformações que refletem os programas de desenvolvimento estaduais e a reestruturação pela qual passa a economia nacional. Contrariando a tendência apresentada pelas economias nacional e nordestina, o Ceará apresenta crescimento no emprego formal da indústria. Porém, a performance da indústria cearense em relação ao rendimento médio dos trabalhadores não se mostra exatamente favorável, na medida em que se verifica uma queda nesta variável entre 1990 e 2000.

Tal comportamento do mercado de trabalho nos impõe a necessidade de novos estudos que contemplem análises mais desagregadas e mais qualitativas, buscando, por exemplo, captar a existência ou não de precarização nas formas de trabalho ou tentando inferir sobre o comportamento das diferentes categorias de trabalhadores na dinâmica do emprego cearense. Desta forma, espera-se ter contribuído para o entendimento da questão no Ceará.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Manoel Bosco de; SILVA, Almir Bittencourt da. **Estado do Ceará: uma análise do desempenho econômico-financeiro recente 1990-1996**. Fortaleza: CAEN, 1998 (Texto para Discussão nº 176)

BONFIM, Washington Luís de S. De Távora a Jereissati: duas décadas de poder político no Ceará. In: ARRUDA, José Maria; PARENTE, Josênio (Org). **A era Jereissati: Modernidade e Mito**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

DIÓGENES, Glória. **Ciro Gomes: percursos de uma imagem**. In: ARRUDA, José Maria; PARENTE, Josênio (Org). **A era Jereissati: Modernidade e Mito**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

ROSA, Antônio Lisboa Teles da; ALVES, Francisco Ferreira. **Efeitos da globalização sobre a economia cearense**. Fortaleza: Edições IPLANCE, 2001.

SABÓIA, João. **A indústria de transformação e extrativa mineral na Região Nordeste: um retrato da década de 1990 a partir dos dados da RAIS**. Fortaleza: Bando do Nordeste, 2001.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Globalização e reestruturação produtiva: transformações estruturais e relações de trabalho na economia cearense**. In: **Globalização e mercado de trabalho no estado do Ceará: transformação da organização da produção das relações de trabalho e do padrão demográfico no estado do Ceará**. Fortaleza: UNIFOR, 1999.

VALOIS, Isabela da Silva; ALVES, Christiane Luci B. **O mercado de trabalho cearense no ambiente de abertura comercial dos anos 90**. Relatório técnico-científico do Projeto de Iniciação Científica URCA/CNPq. Crato: URCA. 2005